



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 560729 - BA (2020/0030539-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : IKARO SILVA COSTA
ADVOGADO : IKARO SILVA COSTA - BA061203
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : DANILO JARDIM ROCHA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME PREVISTO NO ART. 306 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. PRISÃO PREVENTIVA. POSTERIOR EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL. PEDIDO DE *HABEAS CORPUS* PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de DANILO JARDIM ROCHA contra decisão indeferitória de provimento urgente da Desembargadora Relatora do *Habeas Corpus* n.º 8002802-19.2020.8.05.0000, em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

O Paciente foi preso em flagrante, mediante a condição do pagamento de fiança, em 09/02/2020, pela prática, em tese, do crime previsto no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro. O Magistrado de piso manteve o arbitramento da fiança como pressuposto para a expedição de alvará de soltura em favor do Paciente (fl. 43).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus*, com pedido de liminar, perante o Tribunal *a quo*. A Desembargadora Relatora do feito originário indeferiu o pedido urgente (fls. 35-37).

Neste *habeas corpus*, o Impetrante alega, em síntese, que o Paciente é economicamente hipossuficiente, de modo que manter a prisão apenas por ausência de capacidade de arcar com os valores das fianças configura manifesto constrangimento ilegal.

Requer, liminarmente e no mérito, a dispensa da fiança e a expedição de alvará de soltura.

O pedido liminar foi deferido "*para conceder liberdade provisória, sem fiança, ao Paciente, até o julgamento final deste writ, mantidas as eventuais medidas cautelares diversas da prisão aplicadas pelo Juízo de primeira instância*" (fl. 48).

As informações foram prestadas (fls. 59-66 e 72-76).

O Ministério Público Federal opinou "*pela concessão da ordem pleiteada, com a manutenção da liminar concedida, sem prejuízo da possibilidade de decretação de nova e fundamentada decisão para aplicação de necessária medida cautelar penal diversa da prisão*" (fl. 58).

É o relatório.

Decido.

Em consulta às informações prestadas pelo Juízo de piso (fls. 60-62), dois dias antes da publicação da decisão liminar proferida neste *habeas corpus*, em 11/02/2020, foi concedida a

liberdade provisória ao ora Paciente, mediante o cumprimento de cautelares alternativas à prisão. Tal concessão motivou o pedido de desistência do *habeas corpus* originário, que foi homologado pela Desembargadora Relatora (fls. 72-76).

Desse modo, evidencia-se a perda superveniente do interesse processual na concessão da ordem de *habeas corpus*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do RISTJ, JULGO PREJUDICADO o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora